

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

TERMO N.º **521/2020** QUE TRATA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, ASSESSORIA E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, COM A FINALIDADE DE ADQUIRIR AVCB (AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS).

Termo do Contrato firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, e a empresa **RIBEIRÃO PIRES EXTINTORES EIRELI EPP**, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos, assessoria e instalação de equipamentos contra incêndios nas escolas municipais, com a finalidade de adquirir AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), oriundo da Carta Convite n.º 030/2020 e Processo de Compras n.º 845/2020.

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte, nas dependências da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, entidade de Direito Público Interno, com sede no Paço Municipal, sito na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, neste ato representada pela Secretária de Educação, Sra. Flávia Regina Banwart e Silva, e de outro lado a empresa **RIBEIRÃO PIRES EXTINTORES EIRELI EPP**, estabelecida na Avenida Francisco Monteiro, n.º 2909/2913, Santa Luzia, Ribeirão Pires - SP, CEP 09431-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 65.824.666/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Márcio Ferreira Cruz, portador da Cédula de Identidade RG n.º 23.250.298-5, devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 088.463.858-88, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas legais vigentes e as cláusulas presentes neste contrato.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Por força do presente instrumento, a CONTRATADA obriga-se a prestar serviços especializados de elaboração de projetos, assessoria e instalação de equipamentos contra incêndios nas escolas municipais, com a finalidade de adquirir AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. A Vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da “ordem de início dos serviços”, emitida pela Secretaria de Educação, prorrogável conforme a Lei Federal 8666/93 e suas posteriores alterações, caso haja concordância entre as partes.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS PREÇOS**

3.1. Pela prestação dos serviços objeto desta avença, a CONTRATADA receberá o valor total de **R\$ 157.980,00** (cento e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta reais) para o presente contrato, constante de sua proposta comercial, inserta às fls. 119, dos autos que deram origem ao presente termo.

3.2. As despesas com o presente Termo de Contrato serão cobertas com recursos classificados nas dotações orçamentárias sob as rubricas n.º 3.3.90.39.00 12.361.0049.2.057, 3.3.90.39.00 12.365.0048.2.043. Os valores incluídos nesta cláusula incluem todos os custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução dos serviços e fornecimento de materiais objeto deste instrumento.

3.4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato atualizado.

## **CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. Para recebimento do pagamento pelos serviços executados, a CONTRATADA deverá emitir as respectivas faturas.

4.2. O pagamento da fatura será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

4.2.1. A critério da CONTRATANTE, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado no setor da secretaria de Finanças, sito a Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do paço Municipal, ou depositado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

4.3. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica – NFE, conforme determinação da SEFAZ (Secretaria da Fazenda Paulista), no que se refere a venda a órgãos públicos.

4.4. O pagamento dos serviços será vinculado à apresentação do comprovante e número de Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) do Engenheiro responsável, Preposto e Residente e cópia do recibo correspondente. O não fornecimento do comprovante referente ao serviço prestado, faculta à CONTRATANTE a aplicação de sanção constituída em multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado do contrato.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **5.1. DA CONTRATADA:**

5.1.1. A CONTRATADA é direta e exclusivamente responsável pelo objeto deste contrato e responderá civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que na execução deles venha, direta ou indiretamente, provocar ou dar causa, tanto para a CONTRATANTE quanto a terceiros.

5.1.2. Adotar medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus prepostos e a terceiros, pelos quais será inteira responsável.

5.1.3. Responder, civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à CONTRATANTE ou terceiros.

5.1.4. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela CONTRATANTE, que serão fornecidas por escrito, desde que não infrinjam qualquer condição contratual.

5.1.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

5.1.6. Não caberá em qualquer hipótese à CONTRATANTE, qualquer responsabilidade previdenciária ou de outra natureza, com relação aos empregados da CONTRATADA.

5.1.7. Prover todos os seus funcionários, insumos, equipamentos normais ou especiais necessárias a total execução dos serviços objeto deste contrato, devendo os profissionais serem habilitados e altamente qualificados.

5.1.8. A CONTRATADA deverá designar um responsável que esteja apto a responder pela avença, bem como representa-la junto à CONTRATANTE durante toda a vigência da avença.

### **5.2. DA CONTRATANTE:**

5.2.1. Aprovar as faturas referentes aos serviços executados;

5.2.2. Efetuar os pagamentos da forma estabelecida na Cláusula Quarta;

5.2.3. Indicar funcionário da Prefeitura para representá-la, e que também fiscalizará a execução dos serviços.

5.2.4. Prestar a CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

## **CLAUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

6.1. Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução do objeto desta avença, a CONTRATANTE, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude desta responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos previstos no presente Termo de Contrato, reservando-se o direito de rejeitar os serviços que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

6.2. Na eventualidade de ocorrência de qualquer falha de execução em que os serviços tenham sido executados fora das especificações da Fiscalização, será a CONTRATADA notificada para que regularize esses serviços, sob pena de não o fazendo, ser declarada inidônea, sem prejuízo das demais penalidades.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que individualmente ou somadas, não poderão ultrapassar 10 % (dez por cento) do valor do contrato.

7.2. Declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

7.3. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

7.4. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo período de até 02 (dois) anos.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA SEGURANÇA DO TRABALHO**

8.1. A CONTRATADA deve obedecer em seu trabalho, às determinações da Lei n.º 6514 de 22/12/77 que altera o Capítulo V Título II, regulamentado pela Portaria 3124 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho, e as suas Normas Regulamentadoras e os Procedimentos Básicos, aplicáveis à execução específica das tarefas, conforme segue:

8.1.1. Os funcionários de sua responsabilidade, envolvidos nos trabalhos discriminados no Contrato, deverão estar uniformizados, com roupas profissionais e portando cartões individuais de identificação (Crachás).

8.1.2. Certificar-se de que a equipe de funcionário sob sua responsabilidade possui todo o equipamento de segurança necessário ao serviço e exigir o seu uso.

8.1.3. Transmitir-lhes claramente as Normas de Segurança aplicáveis, dedicando especial consideração à execução de tarefas fora da rotina.

8.1.4. Somente será permitido o transporte de pessoal através de veículos próprios para esse fim.

8.2. Das obrigações da CONTRATADA:

8.2.1. Instruir e esclarecer a seus funcionários sobre as medidas de segurança e precauções relativas às peculiaridades dos serviços;

8.2.2. Fazer cumprir as normas de segurança do trabalho a que estão obrigados todos os funcionários sem exceção;

8.2.3. Designar somente pessoal devidamente habilitado para a execução de cada tarefa;

8.2.4. Manter-se a par das alterações introduzidas nas normas de segurança do trabalho transmitindo-as a seus subordinados;

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

8.2.5. Estudar as causas dos acidentes e incidentes e fazer cumprir as medidas que possam evitar a sua repetição;

8.2.6. Relacionar-se continuamente com o Órgão responsável pela obra ou serviço e com o Órgão responsável pela Segurança do Trabalho, objetivando identificar meios para aumentar o nível de segurança do trabalho.

### **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1. São causas de rescisão contratual por ato unilateral e escrito da Administração os casos abaixo enumerados:

9.1.1. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

9.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

9.1.3. Lentidão no cumprimento do contrato, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

9.1.4. Atraso injustificado no início dos serviços;

9.1.5. Paralisação injustificada da execução dos serviços;

9.1.6. Sub-contratação total ou parcial do seu objeto, sem a prévia autorização da CONTRATANTE, por escrito;

9.1.7. Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

9.1.8. Cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.9. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

9.1.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

9.1.12. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

9.2. É permitida a rescisão amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo a que se refere o contrato, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

9.3. Constituem as causas da rescisão do contrato:

9.3.1. A supressão por parte da CONTRATANTE, de obras ou serviços acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido;

9.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras ou serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso da calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à CONTRATANTE;

9.4. Nos casos de rescisão, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados quando sofridos por esta.

9.5. O descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, acarretam as seguintes consequências:

9.5.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;

9.5.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessário a sua continuidade;

9.5.3. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

9.6. Constitui causa de suspensão do contrato:

9.6.1. A ordem escrita da Administração, por prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas ate, que seja normalizada a situação;

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RENUNCIA DE DIREITOS**

10.1. O não exercício por parte da CONTRATADA de qualquer direito ou faculdade a mesma concedida no presente Termo de Contrato, não importará em renúncia ou novação, podendo a CONTRATANTE vir a exercê-lo a qualquer tempo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORÇA MAIOR**

11.1. A parte que não estiver em mora não será responsabilizada pelo não cumprimento de suas obrigações, quando motivada por caso fortuito ou motivo de força maior nos termos do artigo 393 e seu parágrafo único do Novo Código Civil Brasileiro, sendo considerados como caso fortuito os eventos de natureza e, como motivos de força maior, os oriundos de atos praticados por terceiros e que comprovadamente independem da vontade das partes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. O presente Termo de Contrato reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, pelas suas cláusulas, pelo edital de **Carta Convite n.º 030/2020** e pelas propostas da CONTRATADA, inserta às fls. 119 do Processo de Compras n.º 845/2020.

12.2. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se no direito de devolvê-la, considerando, para fins de pagamento, a data de recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1. Para solução de quaisquer questões ou controvérsias relacionadas com o presente Termo de Contrato, fica desde já eleito o foro da comarca de Ribeirão Pires, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas ao final nomeadas.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 27 DE OUTUBRO DE 2020.**

**FLÁVIA REGINA BANWART E SILVA**  
Secretária de Educação

**RIBEIRÃO PIRES EXTINTORES EIRELI EPP**  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_  
RG:

2) \_\_\_\_\_  
RG:

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)**

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONTRATADO: Ribeirão Pires Extintores Eireli EPP

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 521/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos, assessoria e instalação de equipamentos contra incêndios nas escolas municipais, com a finalidade de adquirir AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (\*) \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 27 de Outubro de 2020.**

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: Adler Alfredo Jardim Teixeira

Cargo: Prefeito

CPF: 171.483.398-47



## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Flávia Regina Banwart e Silva

Cargo: Secretária de Educação

CPF: 183.640.878-19

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

#### **Pelo contratante:**

Nome: Flávia Regina Banwart e Silva

Cargo: Secretária de Educação

CPF: 183.640.878-19

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **Pela contratada:**

Nome: Márcio Ferreira Cruz

Cargo: Proprietário

CPF: 088.463.858-88

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Flávia Regina Banwart e Silva

Cargo: Secretária de Educação

CPF: 183.640.878-19

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **ANEXO I – RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS**

ESCOLA MUNICIPAL AMAURI DO NASCIMENTO  
RUA ANGELINO FRANCISCO GIANASI, 389 – JARDIM SANTANA  
ÁREA: 647,18M<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL PASTOR ANTÔNIO CUMPIAN SILVA  
RUA PROFESSOR ANTÔNIO NUNES, 251 – JARDIM SANTA LUZIA  
ÁREA: 332,00M<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL FIORINDO RONCON  
RUA EUGÊNIO RONCON, 2253 – JARDIM RIBEIRÃO PIRES  
ÁREA: 645,00M<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR FRANCISCO LOURENÇO DE MELO  
RUA ERLON CHAVES, 40 – JARDIM IRAMAIA  
ÁREA: XXXXXM<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MIDOLLA (EMEI)  
RUA ROSEIRA, 265 – JARDIM VERÃO  
ÁREA: 672,93M<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ MARIA BERNADETE BANDEIRA DE SEIXAS  
RUA RECREIO, 99 – JARDIM VERÃO  
ÁREA: 561,59M<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL MARIA GOMES DO PILAR  
RUA LUZITANOS, 50 – VILA GOMES  
ÁREA: 395,19M<sup>2</sup> (2PISOS)

ESCOLA MUNICIPAL MARIA SIQUEIRA DE PAULA (EMEI)  
AVENIDA SANTA CLARA, 1889 – JARDIM PILAR VELHO  
ÁREA: 127,62M<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL MATHILDE FIGUEIREDO DAVID  
RUA CIRCULAR, 220 – PARQUE DAS FONTES  
ÁREA: 589,66M<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL PALMIRA ANTONIO PEREIRA  
RUA EMERSON CONDE SOARES GIACOMINI, 139 – JARDIM AYMORÉ  
ÁREA: 72,93M<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL SILVIO ROBERTO GRECCO  
RUA TOPÁZIO, 280 – JARDIM BANDEIRANTE  
ÁREA: 642,25M<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL TIA MARIINHA  
AVENIDA RIBEIRÃO PIRES, 851 – VILA SUISSA  
ÁREA: 364,85M<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ANTÔNIO LACERDA BACELLAR  
RUA DAS SAPUCAIAS, 20 – JARDIM SERRANO  
ÁREA: 449,64M<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL CICERA BENEVIDES DOS SANTOS SILVA  
RUA LISBOA, 279 – BARRO BRANCO  
ÁREA: XXXXXM<sup>2</sup>

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCA FERREIRA SANTIAGO  
RUA JAÚ, 101 – VILA RICA  
ÁREA: XXXXM<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL JÚLIA DEL CORTO RONCON  
RUA DOMINGOS RIGO FILHO, S/N – JARDIM LUZO  
ÁREA: XXXXXM<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA EDIR MARIA DE OLIVEIRA  
AVENIDA VEREADOR RUBENS MAZIERO, 523 – OURO FINO  
ÁREA: XXXXXM<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO  
RUA JOSÉ FORTES, 97 BOCAINA – VILA SUELI  
ÁREA: XXXXXM<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA NEUSA LUZ SANCHES II  
AVENIDA SANTO ANDRÉ, 08 – CENTRO ALTO  
ÁREA: 224,55M<sup>2</sup>

ESCOLA MUNICIPAL OLIVIA MARQUES PETRILLI  
RUA EUGÊNIO RONCON, 914 – BAIRRO RONCON  
ÁREA: 356,80M<sup>2</sup>

DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO E CONTROLE  
RUA MANOEL MONTEIRO, 350 – VILA BELMIRO  
ÁREA: XXXXXM<sup>2</sup>